



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 9/11

25 de Junho de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



LAVAR AS MÃOS, COMO PILATOS!



Nos últimos dias a comunicação social tem dado relevo a hipotéticas ilegalidades cometidas no Exército, respeitantes à integração dos militares na Tabela Remuneratória Única da Função Pública e as promoções ocorridas durante o ano de 2010.

Estas notícias têm por base o relatório feito pela Inspeção Geral das Finanças (IGF) entregue ao ex-Ministro de Estado e das Finanças e entregue pelo ex-Ministro da Defesa Nacional aos Chefes Militares no almoço de despedida de funções.

De acordo com as notícias vindas a público, é reconhecido pela IGF existir um "vazio legal" que permitiu aos ramos das Forças Armadas interpretarem a legislação regulamentar do sistema remuneratório da forma como o fizeram.

Por outro lado, e segundo as mesmas notícias, o ex-MDN terá solicitado ao Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) que elaborasse uma proposta de legislação para permitir corrigir as "ilegalidades" detectadas para que a presente ao novo governo.

Para nós é claro que não existe ilegalidade só porque o relatório da IGF o afirma, mesmo que esta afirmação tenha o aval dos ex-ministros das Finanças e da Defesa Nacional. É necessário provar essa alegada ilegalidade com base na legislação em vigor e não na base de eventuais entendimentos que carecem de alteração legislativa, como se depreende das notícias publicadas.

A ANS – Associação Nacional de Sargentos, sobre esta matéria, tem toda a autoridade moral para se pronunciar porque desde a primeira hora (ainda durante o processo de construção desta legislação, em 2009) considerou, e disso deu conta por escrito ao então MDN, que este sistema remuneratório para além das anomalias e injustiças relativas que promoveria, era de todo ingerível.

Fizemo-lo por escrito sob a forma de "Memorando" que foi entregue ao MDN, à Comissão de Defesa Nacional, aos Grupos Parlamentares e aos Chefes Militares, documento que pode ser consultado na nossa página em:

<http://www.ans.pt/images/11Docs/2009/Proposta%20ANS%20Audi%EAncia%20MDN%2010DEZ2009.pdf>.

Em todo este processo, como parte interessada e organismo representativo dos Sargentos de Portugal, a ANS foi atentamente acompanhando o evoluir da situação. Sabemos que as decisões tomadas pelos Ramos das Forças Armadas, o modo como interpretaram as áreas eventualmente duvidosas do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, foram avalizadas pelo MDN. Todas as acções empreendidas foram do conhecimento do Ministro da Defesa ou dos serviços do seu ministério. Todos os actos administrativos resultantes destas medidas foram publicados em Diário da República (pode uma ilegalidade ser publicada em DR?).

É bem verdade que de tudo o que foi acordado entre o MDN e os Chefes Militares não se conhece nenhum despacho escrito, mas também é verdade que os Ramos das Forças Armadas não agiram de modo próprio, sem o respaldo ou a anuência da tutela! Acreditaram que bastava a palavra entre homens que se querem honrados.

A confirmarem-se as eventuais “ilegalidades”, estas têm um responsável e esse responsável tem nome: Augusto Santos Silva, ex-Ministro da Defesa Nacional!

As Forças Armadas Portuguesas cumprem escrupulosamente a Lei – são fiéis ao seu juramento – por isso não entendemos a forma capciosa, num tempo criteriosamente escolhido, como o relatório da IGF foi divulgado e quais os propósitos que se pretendem alcançar com todo este alarido mediático.

Aos Sargentos de Portugal em especial, mas também aos restantes militares, queremos afirmar que vamos continuar, com redobrada atenção, ao evoluir desta enorme e premeditada “trapalhada”, tudo fazendo para defender os seus mais que legítimos direitos.

Hoje, como sempre, não cruzaremos os braços e, com a frontalidade e lealdade que caracterizam os militares, não facilitaremos nem permitiremos que, procurando passar o odioso da questão para aqueles que têm como missão e obrigação o cumprimento das leis e dos valores constitucionais, os verdadeiros responsáveis pela situação que estamos a viver, quais Pilatos, “lavem daqui as suas mãos”!

Com dignidade, construimos o futuro!

A Direcção

Lisboa, 25 de Junho de 2011